

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**REQUERIMENTO N° _____, DE 2026****(Do Sr. JORGE SOLLA)**

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Saúde para, dentro das competências da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, monitorar os resultados do Enamed 2025 e fiscalizar a regulação dos cursos, considerando os impactos da formação médica no sistema de saúde brasileiro.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requero a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Saúde para no que tange à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, acompanhar e fiscalizar os resultados do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) e seus desdobramentos para a formação médica, a regulação dos cursos de Medicina e os impactos sobre o sistema de saúde no Brasil.

Sugerimos sejam convidados/as:

- Ministério da Educação – Representante;
- Ministério da Saúde – Representante;
- Empresa Brasileira e Serviços Hospitalares (EBSERH) – Representante;
- Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM);
- Conselho Nacional de Saúde (CNS);



- Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM) e
- Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD).

JUSTIFICAÇÃO

Em sua primeira reunião deliberativa deste ano, a Comissão de Saúde aprovou o REQ nº1/2026, da Sra. Deputada Adriana Ventura, para realização de audiência pública para debater os resultados do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed).

Submeto aos nobres pares a presente proposta de realização de audiência pública conjunta, para agregar ao debate o monitoramento típico da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle das ações do Governo Federal, e as contribuições advindas do nosso colegiado, dada a relevância do tema.

O Enamed foi criado pelo Governo Federal em 2025 com o objetivo de avaliar a qualidade de ensino de Medicina no país. A prova e seus critérios de avaliação de proficiência, elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constituem um importante instrumento de diagnóstico e, portanto, de avaliação da formação médica no Brasil.

Os resultados de sua primeira edição foram divulgados no dia 19 de janeiro passado. Das 351 instituições de ensino superior que ofertam o curso, cerca de 30% não alcançaram resultados satisfatórios. Os cursos com notas insatisfatórias passarão a ser supervisionados pelo MEC e estarão sujeitos a medidas cautelares como suspensão do Fies, corte de vagas e interdição da entrada de novos alunos.

Os resultados trazem indícios de onde os problemas se concentram: as instituições estaduais e federais foram majoritariamente bem avaliadas, enquanto mais da metade das faculdades privadas receberam notas 1 e 2, numa escala vai até 5.



Esses dados suscitam a necessidade de debater a qualidade da formação médica, debate este que não deve ficar restrito às corporações ou às universidades somente, mas deve incluir as entidades de controle social e o monitoramento da nossa Comissão. A qualidade da formação médica diz respeito à segurança da população que tem o direito a ter bons profissionais. A população não pode ficar submetida aos riscos de ser assistida por profissionais sem o conhecimento e as habilidades requeridas para a boa prática em saúde, cabendo ao MEC assegurar a boa formação das futuras médicas e médicos do país e à CFFC monitorar e fiscalizar esses resultados.

Para que possamos promover esse debate de forma conjunta com a Comissão de Saúde, rogo o apoio dos nobres pares.

Sala da Comissão, em 27 de fevereiro de 2026.



JORGE SOLLA
Deputado Federal (PT-BA)

